

INTRODUÇÃO AO DOSSIÊ TEMÁTICO

Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional: Caminhos para a ressocialização e transformação social

Neste dossiê temático, a Revista *Com Censo* apresenta a discussão acerca da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) ofertada no sistema prisional, com o objetivo de fortalecer a política pública de atendimento educacional em ambientes de privação de liberdade, ao possibilitar a divulgação de artigos, entrevista e relatos de experiência, os quais resultam do trabalho desenvolvido ao longo dos anos no âmbito da Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional do Distrito Federal.

É importante salientar que até 2015 esse atendimento educacional estava vinculado a um Termo de Cooperação Mútua entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e a Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social (SSPDF). Em dezembro desse mesmo ano, a SEEDF passa a ter uma Unidade Escolar especializada, o CED 01 de Brasília, resultante do processo de institucionalização da educação no sistema prisional. Isso significa que, atualmente, a SEEDF tem autonomia para acompanhar, articular e desenvolver ações referentes ao atendimento educacional no sistema prisional e, ainda, possibilitar a construção de políticas públicas de Estado para a oferta de educação no contexto de ambientes de privação e restrição de liberdade.

Em termos de legislação nacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96 estabelece que os sistemas de ensino assegurem a oferta educacional apropriada aos interesses, condições de vida e trabalho de jovens e adultos. No âmbito da temática apresentada neste volume, o Parecer CNE/CEB nº 04/2010 estabelece as diretrizes para a oferta de Educação de Jovens e Adultos

em situações de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, quando em seu artigo 2º está descrito:

As ações de educação em contexto de privação de liberdade devem estar calcadas na legislação vigente no país, na Lei de Execução Penal, nos tratados internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade.

Ressalta-se que o Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011 institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do sistema prisional brasileiro (PEESP). Em seu artigo 1º, esse Decreto estabelece que o PEESP tem como objetivo “ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais”. E no artigo 2º, a EJA é reconhecida como uma das modalidades de educação em ambientes de privação de liberdade.

No âmbito da legislação distrital, temos o Plano Distrital de Educação (PDE 2015/2024), que dispõe na meta 10:

O sistema público do DF deve garantir a oferta de escolarização às pessoas jovens, adultas e idosas em cumprimento de pena judicial de privação de liberdade, no sistema prisional do DF, de modo que, no último ano de vigência deste Plano, no mínimo 50% (cinquenta por cento) dessa população esteja atendida em um dos segmentos da Educação de Jovens e Adultos - EJAIT na forma integrada à Educação Profissional.

Nesse movimento de agregar as legislações nacional e distrital, referentes à temática de educação no sistema prisional, vale destacar a V Conferência

Internacional sobre Educação de Adultos (V Confinteia), ocorrida em 1997, em Hamburgo, na Alemanha. Nesse encontro foi elaborado e aprovado o Plano de Ação para o futuro, documento esse que indica a possibilidade das pessoas em privação de liberdade terem o direito à educação e à aprendizagem. Com isso, a SEEDF em parceria com a SSPDF tem o desafio de fomentar ações que possibilitem a implementação de políticas públicas educacionais para as pessoas privadas de liberdade.

Apresentamos neste Caderno as diversas temáticas que perpassam a Educação de Jovens e Adultos em ambientes de privação e restrição de liberdade. Em primeiro momento, trazemos uma entrevista com Wagdo da Silva Martins, diretor do Centro Educacional 01 de Brasília – CED 01 de Brasília –, sobre a Educação no sistema prisional do Distrito Federal.

Em seguida, na parte dos artigos, iniciamos com o trabalho intitulado ***Professora, tem vaga na escola? Um olhar sobre a Educação nas prisões do Distrito Federal***, de Maria Luzineide Pereira da Costa Ribeiro, que foca sua investigação sobre a oferta da Educação nas prisões brasileiras e, em especial, a cena educacional das prisões no Distrito Federal. O objetivo é tentar entender melhor sua organização pedagógica e suas políticas públicas, à luz de importantes marcos teóricos que tratam da questão do confinamento, como Michel Foucault, Erving Goffman e Alessandro Baratta, além das legislações que dão sustentação ao fomento dessa prática no ambiente prisional. Inclui-se, no final desse itinerário de pesquisa, uma discussão sobre a implementação do projeto de Remição de

pena pela leitura nas prisões do DF, como extensão às práticas educativas.

O segundo artigo, ***A pedagogia de projetos lúdicos transdisciplinares em ambiente socioeducativo***, de Luiz Nolasco de Rezende Júnior, descreve a experiência metodológica da pedagogia de projetos, observando princípios epistemológicos da transdisciplinaridade e da aprendizagem lúdica em uma unidade socioeducativa de internação provisória do Distrito Federal. Os resultados evidenciam que esse modelo pode ser utilizado em ambientes de restrição de liberdade com vista a restabelecer a educação formal como instrumento de transformação social. Os projetos interventivos foram construídos pela equipe docente tanto coletivamente como individualmente, em conjunto com os alunos.

O terceiro, ***Um breve balanço sobre a meta 10 do Plano Distrital de Educação: conquistas e desafios***, de Polyelton de Oliveira Lima e Elisângela Caldas Braga Cavalcante, traz a discussão sobre a implementação da Meta 10 do Plano Distrital de Educação – PDE (2015-2024), bem como analisa os avanços alcançados no primeiro triênio e os desafios e as dificuldades que podem atrapalhar no cumprimento da referida meta, tornando possível uma breve análise dos sistemas penitenciário e educacional brasileiros, sobretudo no tocante à Educação no sistema prisional. As análises desses dois sistemas mostram-se muito delicadas, devendo ser feitas com muito cuidado e de maneira periódica, visando promover o objetivo principal da educação no sistema penitenciário, que é de contribuir com a ressocialização dos indivíduos em situação de privação de liberdade.

O quarto artigo, ***Uma síntese do contexto do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade e jovens sob medida socioeducativa (Encceja PPL) nas unidades prisionais do Distrito Federal***, de Wagdo da Silva Martins e Helena Cristina Aragão de Sá, apresenta uma sistematização de parte das informações existentes na edição de 2017 do Encceja PPL, no âmbito do sistema prisional do Distrito Federal, aplicados pelo Centro Educacional 01 de Brasília. Nessa sistematização, mostra-se como utilizar os dados obtidos, a fim de contribuir para o debate público sobre o tema da certificação na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade (Encceja Nacional PPL) se caracteriza como uma das opções dentro do sistema prisional para os reeducandos obterem a conclusão do ensino fundamental e do ensino médio. Além da certificação, o Encceja PPL, por sua importância dentro das unidades penitenciárias, deve servir como um instrumento de avaliação das políticas públicas para a EJA no âmbito das unidades prisionais do DF com vistas a melhorar sua qualidade e sua finalidade.

O quinto artigo, ***A prática pedagógica na educação de mulheres adultas em situação de privação de liberdade no Distrito Federal***, de Wallace Roza Pinel e Erlando da Silva Reses, debruça-se sobre a oferta de educação formal no espaço prisional para mulheres, a partir de uma pesquisa de campo na Penitenciária Feminina do Distrito Federal com estudantes frequentes na Educação de Jovens

e Adultos. O estudo constata uma omissão histórica do Estado brasileiro no atendimento a uma parcela da população que permanece privada do direito básico de acesso à educação. Aborda-se o conceito de educação para além da simples transmissão de conhecimentos e capacidades técnicas e teóricas, incluindo a perspectiva freireana, que se constrói identidades e culturas destinadas à emancipação da pessoa humana.

O sexto artigo, ***As práticas de leitura de estudantes privados de liberdade na Unidade Prisional - Centro de Internamento e Reeducação - CIR/DF***, de Maria Sônia Vieira Lira, visa compreender as práticas de leitura de estudantes privados de liberdade na unidade prisional CIR/DF, partindo do pressuposto de que o acesso ao livro favorece a prática da leitura e do Letramento Informacional. Os resultados apontam que a maioria dos estudantes participantes tem o hábito da leitura e busca nos livros informações para usarem em suas práticas sociais.

O sétimo artigo, ***Professoralidade docente na EJA: cadeados que se abrem e fecham para os processos de leiturização como prática de letramento nas prisões do DF***, de Ana Cristina de Castro, apresenta uma discussão sobre os saberes e fazeres docentes na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com ênfase nos processos de leiturização e letramento nas prisões, visando a necessidade de implementar as políticas públicas educacionais previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) - 2014/2024 e no Plano Distrital de Educação (PDE) - 2015/2024, no âmbito nacional e local. Este estudo parte da análise dos problemas e das dificuldades da práxis docente

nas prisões, além de investigar a ação docente frente aos processos de leiturização e letramento dos estudantes privados de liberdade, regularmente matriculados na EJA da SEEDF. Conclui-se com a constatação de que urge a implementação e a execução de políticas públicas educacionais que promovam a valorização do trabalho docente, a ampliação da oferta de vagas da EJA nas prisões, a revitalização das bibliotecas e o maior acesso aos livros, como caminhos para a ressocialização aos privados de liberdade.

O primeiro relato de experiência, ***Desenhando a liberdade: a experiência de oficinas de desenho no sistema prisional***, de Larissa Dantas de Andrade e Augusto Esteca, apresenta a concepção, aplicação e resultados das oficinas de desenho artístico, realizadas em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), no sistema prisional como parte da Semana de Educação para a Vida, presente calendário escolar da rede pública do DF, bem como discute sua abordagem, metodologia e procedimentos, sempre sob a ótica da problemática da educação em prisões. A realização dessas atividades evidencia a importância da educação e da arte no sistema penitenciário, tendo em vista o impacto positivo sobre as pessoas privadas de liberdade. Nelas, são abordados temas como tolerância das adversidades e o papel ressocializador da prisão, uma vez que, em algum momento, essa pessoa retornará ao convívio social. Por outro lado, ressalta a importância da cooperação interinstitucional, conjugando as demandas existentes e a função social da universidade.

O segundo relato, ***Cela de aula: lugar possível para a construção do sujeito autônomo e criativo***, de Rita de Cássia Menezes, analisa algumas práticas pedagógicas no Presídio do Distrito Federal I - Unidade PDFI, especialmente as atividades

educativas promovidas na “Semana para a Vida”, entre os dias 07 a 10 de maio de 2018. Além de palestras, oficinas de desenho e xilogravura. Expõe também reflexões e relações entre os estudos de Paulo Freire, Boal, Martínez, e Rey, e o processo ensino-aprendizagem adotado nesse ambiente.

O terceiro relato, ***Dicionário digital - linguagem do presídio***, de Gilvan de Pádua Rodrigues, apresenta um projeto desenvolvido dentro do sistema prisional de Brasília, que surgiu da necessidade dos estudantes em pesquisar palavras no dicionário. Uniu-se a tecnologia e a vivência local dos estudantes/presos para desenvolver um dicionário digital com os termos ou gírias utilizadas por eles dentro do presídio, identificando seu significado e etimologia. A Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade de ensino dentro do sistema prisional, acaba trazendo reflexões sociais - como a ressocialização - e ampliando o papel da escola.

O quarto e último relato, ***Projeto de incentivo à leitura e arrecadação de livros literários para a penitenciária feminina do Distrito Federal***, de Gislene Silva Fernandes Teixeira, demonstra a importância da leitura na formação de uma perspectiva de vida para as pessoas com privação de liberdade, baseando-se em experiências vivenciadas o trabalho no Centro Educacional 01 de Brasília - Núcleo de ensino da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Esperamos que a leitura desses trabalhos provoquem reflexões que contribuam no aprimoramento da práxis educativa de professores, gestores, pesquisadores e estudantes, assim como todo o leitor que sentir-se instigado pelas temáticas abordadas. ■

Luciana da Silva Oliveira